

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 210.ª Sessão Ordinária
Realizada em 11 de novembro de 1971 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Paulo Camargo, Pinto Dias e Santos Lima (41); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, percebe-se facilmente que não há Deputados na Casa, daí porque requeiro que se faça a chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.
(É feita a chamada)

Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. Há número regimental para continuidade da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:-

Sob o n.º 1.024/71, do Senhor Dionísio Assis Dal-Prá, Prefeito Municipal de Paranavai, comunicando haver sido fixada a data de 26 de fevereiro a 5 de março de 1972, para a realização da II Exposição Agro-Pecuária e Industrial de Paranavai, no recinto do Parque de Exposições "Presidente Arthur da Costa e Silva". — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 807/71, do Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, atendendo a requerimento do Vereador Cicero de Oliveira, rogando empenho justo às Repartições de Direito, no sentido de que seja estudada com

a máxima urgência a possibilidade do credenciamento de uma Clínica em cada Circunscrição de Trânsito, para que, devidamente aparelhada, proceda aos exames em referência, sanando assim um grande problema futuro. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Antonio Tortato, Presidente da Associação dos Municípios da Região de Nova Esperança, convidando a Presidência desta Casa para participar das solenidades que aquela cidade promoverá, numa manifestação popular de apreço e simpatia ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Leon Peres. — Ao conhecimento do Senhor Presidente.

Sob o n.º 808/71, do Senhor Ives Assis Chevalier, Superintendente da Paranaatur, Empresa Paranaense de Turismo, agradecendo e cumprimentando os Senhores Deputados desta Casa pelo vivo interesse ao turismo de nosso Estado, quando da apresentação do Projeto de Lei n.º 160/70 — Ao conhecimento da Casa.

Da Família Ferreira da Silva, externando seus agradecimentos pelo voto de pesar apresentado pelo Senhor Deputado Antônio Belinati e referendado pelos parlamentares Ivo Tomazoni e Leopoldo Jacomel, quando do falecimento do Senhor Waldomiro Ferreira da Silva. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

TELEGRAMAS:

Rogo aceitar e transmitir aos eminentes membros dessa Assembléia o sincero agradecimento voto reconhecimento com que me honraram ao reiterando profunda gratidão generosa hospitalidade com que fui recebido por Atenciosas Saudações Célio Borja. — Ao conhecimento da Casa.

9353 — Muito agradeço vossência ao Deputado Antonio Belinati e demais membros eminentes Assembléia Legislativa Estado Paraná pela manifestação de apoio a assinatura da Convenção Sobre Igualdade de Direitos entre Brasileiros e Portugueses por Atenciosas Saudações Mário Gibson Barboza. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 233/71.

— De autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 220/71.

— De autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 236/71.

— De autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 236/71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, consultado o Plenário, se registre na Ata dos presentes trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO DE PAULA, ocorrido em data de ontem, na cidade de Jandaia, da qual era um dos seus fundadores.

O ilustre extinto era, ainda, pessoal altamente conceituada na sociedade local, tendo o seu prematuro falecimento repercutido intensamente.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à família enlutada, enviando-se-lhe, concomitantemente, mensagem expressando os sentimentos desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

(a) — Gilberto Carvalho.

Requerimento

Senhor Presidente:

No próximo dia 15 do corrente mês o DIRETÓRIO ACADÊMICO DE EN-

ENGENHARIA DO PARANÁ — D.A.E.P. — comemorará o cinquentenário de sua fundação.

Essa entidade, de gloriosas tradições, que congrega e representa o corpo discente da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, conta entre seus ilustres incentivadores e fundadores, o atual Magnífico Reitor Professor Dr. Algacyr Munhoz Mäder, e o ilustre Professor Dr. Arnaldo Izidoro Beckert, então estudantes naquele estabelecimento de ensino superior.

Na oportunidade, congratulando-me com esse acontecimento, REQUEIRO a Vossa Excelência que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata de nossos trabalhos, um VOTO DE REGOZILIO pela passagem dessa data.

Outrossim, requeiro que da deliberação dêste Plenário, seja dada ciência à eficiente Diretoria daquela entidade.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

Borsari Netto.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa que as disposições regimentais atinentes ao regime de Urgência sejam aplicadas a quaisquer proposições para as quais haja requerimento de nossa autoria aprovado pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

(a) — João Mansur.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado apêlo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, professor Delfim Neto, no sentido de que aquela autoridade isente do Impôsto Único sobre Combustíveis, os barcos pesqueiros da frota nacional, bcm como das estrangeiras.

Esta medida está calcada nas mais justas razões, haja visto ser a nossa frota de pesca bastante prejudicada com aquela taxaçaõ vultosa, o que vem desincentivar a expansão daquele ramo de nossa economia.

Por outro lado, devido ao alto preço do nosso combustível, os barcos estrangeiros, em especial norte-americanos, japoneses, preferem usar os portos de Trinidad e Tobago, Guiana, Suriname e Guiana Francêsa, onde o óleo é bem mais acessível, o que motivou aquêles países a construírem usinas de beneficiamento de pescado, incluisve de congelamento.

Os fatos atuais são uma incongruência, pois o nosso Góvêrno permite, em parte, a pesca nas nossas 200 milhas marítimas e por outro êstes mesmos barcos licençiados desembarcam sua carga nos países acima citados.

Tal isençãõ propiciaria o barateamento do pescado à venda e ensejaria um ânimo maior aos interessados em invêstir neste ramo econômico, tão vital para nosso país.

Estamos atualmente permitindo que estrangeiros pesquem em nossas águas e nada nos dêem em troca. Uma legislação melhor sôbre a pesca em nossas 200 milhas marítimas, com o baratamento de nosso combustível, temos a certeza atrairia as frotas pesqueiras estrangeiras aos nossos portos.

E com isto só teríamos a ganhar.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

(a) — Álvaro Dias.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expe-

diente ao Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres, contendo o seguinte "Pedido de Informações":

- 1) — Quanto deve o Governo do Estado para os funcionários que prestam serviços sob o regime de contrato?
- 2) — Quais são as categorias que ainda se encontram com o pagamento atrasado? Em caso positivo, há quantos meses?
- 3) — Dentro de quanto tempo esses servidores terão seus pagamentos normalizados?
- 4) — Qual a situação dos empreiteiros de obras do Estado? Estão recebendo em dia? Em caso de atraso, qual a possibilidade de normalização dos pagamentos?

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) — Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva proporcionar a este Deputado uma noção perfeita da situação financeira do Governo do Estado em relação ao pagamento em dia ou não daqueles que de uma forma ou de outra prestam serviços ao Estado. Através da palavra oficial do Senhor Governador, poder-se-á ter uma idéia exata do andamento dos trabalhos de sua equipe, visando o pagamento em dia do funcionalismo contratado e dos empreiteiros. As reclamações de atraso são inúmeras, porém, somente depois do pronunciamento do Senhor Governador é que se terá condições de analisar o assunto com mais profundidade.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 266/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Colaboradores da Escola Para Surdos "EPHETA", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) — Antônio Belinati.

(Anexo os Estatutos da Entidade).

PROJETO DE LEI N.º 267/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar um veículo (Jeep) à Delegacia de Polícia da sede da Comarca de Guaraniaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

(a) — Antônio Costa.

JUSTIFICATIVA:

A prontidão na execução da Lei e no restabelecimento da ordem pública justificam o presente Projeto. O Município de Guaraniaçu, sede da Comarca, não possui em sua Delegacia de Polícia veículos para locomoção dos responsáveis pela manutenção da tranquilidade popular. Assim, submeto à apreciação dos nobres Pares o Projeto em questão.

PROJETO DE LEI N.º 268-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Maria Jurqueira Schmidt", com sede e fóro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

(a) — Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública presta relevantes e inestimáveis serviços à população da cidade de Maringá, de forma desinteressada.

Tem sua situação jurídica normal, eis que seus estatutos estão devidamente registrados no cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, tudo na forma dos documentos que acompanham a presente iniciativa.

Assim, pois, apresentamos este Projeto à consideração dos nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e no final sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 269-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar, para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a ESTER DE OLIVEIRA RIBAS, pela Lei n.º 4.302, de 23 de dezembro de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 236, de 24 de dezembro de 1960.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

(a) — Aryzone Araújo

JUSTIFICATIVA:

A beneficiária deste plano de Lei é viúva do ex-serventuário da Justiça, Francisco de Sá Ribas que, em vida, prestou inestimáveis e relevantes serviços à Justiça de nosso Estado, na qualidade de Tabelião de Notas e Oficial de Protesto de Títulos, Escrivão do Cível e Comércio e Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

Vive ela, ainda hoje, com uma pensão de ínfimo valor, insuficiente para poder manter-se o que nos parece injusto, considerando-se os bons serviços prestados pelo seu marido. Daí propomos, com este Projeto de Lei, a elevação da pensão que lhe é paga pelo Estado.

Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar queremos endereçar à douta Presidência o nosso descontentamento por verificar que na Ordem do Dia de hoje não se encontram os Projetos para os quais, na sessão de ontem, requeremos sua inclusão na Ordem do Dia ou em Pauta como preceitua o Regimento Interno. Esses Projetos são oriundos de diversas Mensagens do Governo, a quem continuamos a fazer oposição nesta Casa, e contém matéria de alta relevância para o Paraná, principalmente aquela que diz respeito à redistribuição de determinada importância às Prefeituras, à conta do recolhimento da Taxa Rodoviária, conforme determina a Lei; e aquela outra que cria o FUNRESTRAN, fundo específico para o reequipamento do Detran. Como é do conhecimento de todos, esse órgão há muitos e muitos anos está desaparecido para cum-

prir suas finalidades. A criação dêste Fundo é para possibilitar que se obtenha financiamento no próprio País e até mesmo no exterior para reequipamento do Trânsito.

Não sei qual o interesse ou interesses políticos que têm retardado a apreciação dessas Mensagens, eis que no dia 2 de outubro o Líder do Governo requereu regime de urgência; a 27 de outubro foi distribuída a matéria ao Deputado Relator que ainda a mantém em seu poder sem ter exarado Parecer; a 5 de novembro o Deputado Vice-Presidente, Antônio Costa, requereu urgência para a Mensagem, solicitação essa que foi aprovada por esta Casa; ontem requeremos inclusão na Ordem do Dia ou em Pauta, como preceitua o Regimento Interno. Não há necessidade de que exista o Parecer, desde que o Projeto tenha tramitado regularmente, cumprido todos os prazos nas Comissões e desde que a matéria conste na Pauta dos trabalhos da Ordem do Dia. Entretanto, não sei se por esquecimento da Mesa, a mesma não consta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Por este motivo reitero a V. Exa. que para a próxima sessão do dia 17, o Projeto de Lei n.º 244-71 conste da Pauta em 1.ª Sessão da Ordem do Dia, porque nada mais justifica o retardamento para a sua apreciação nesta Casa.

Outro assunto, Sr. Presidente, é que parece que não estamos vivendo no Século XX, parece que não estamos vivendo num País onde se respira liberdade, onde há liberdade de ir, de vir, de raciocinar e de decidir por si mesmo.

O Sr. Diretor do Departamento de Rendas Internas parece-nos que está racionando como na Idade Média, com os tempos medievais onde o homem não tinha vontade própria, onde o direito da força se sobrepunha à força do direito. Vou explicar porque. Esta Casa aprovou Lei que distribui cotas de produção aos Fiscais Tributários do Estado, numa tentativa do Governo de melhorar a arrecadação, proporcionando a esses fiscais um vencimento condigno, a fim de que esses servidores públicos, bem pagos, possam produzir o que deles espera o Fisco Estadual.

Todavia como no quadro de Fiscais Tributários do Estado existem 160 funcionários do sexo feminino, eu não sei se o nobre Diretor do Departamento de Rendas Internas tem aversão pelo sexo feminino, isto eu não sei, mas, está forçando essas senhoras a pedirem readaptação de função, porque não quer distribuir às mesmas tarefas condizentes com seus cargos e nem, consequentemente, proporcionar às mesmas aquilo que lhes assegura a Lei, que são as cotas de produção. Ameaçando de transferi-las, ameaçando de demití-las, ameaçando de persegui-las ele já obteve aquiescência da grande maioria em pedir readaptação de função. Mas acontece que existe gente de brio, de coragem, e existem umas duas ou três dúzias de funcionários que não querem se submeter a esse tipo de pressão, de coação, porque ela é imoral e não é condizente com os novos rumos da Nação brasileira.

Essas senhoras estão ameaçadas de serem transferidas para os mais longínquos rincões do nosso Estado, numa declaração de que o Diretor não quer respeitar as Leis, quando ele, exercendo elevadas funções públicas, deveria ser o primeiro a fazê-lo.

Aos dois nobres Vice-Líderes, Armando Queiroz e Paulo Poli, nós fazemos um apelo desta Tribuna, para que Vs. Exas. levem ao conhecimento do Sr. Governador do Estado essa intenção inusitada de um servidor público de querer prejudicar outros servidores, que não têm culpa de terem nascido mulher, ninguém tem culpa, como não têm culpa também de terem sido admitidas para essa função, nomeadas que foram.

Não se justifica portanto essa discriminação a que quer submeter as referidas servidoras o atual Diretor do Departamento de Rendas Internas.

Esperamos e confiamos no espírito público dos dois nobres Deputados, Vice-Líderes do Governo e da Maioria nesta Casa, que saberão trazer-nos in-

formações precisas do que realmente está ocorrendo, a fim de que possamos voltar à Tribuna para tratar do mesmo assunto.

Aqui fica o nosso apêlo, era o que queríamos fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra então ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna neste momento, exclusivamente para apresentar uma justificativa pelo fato de não ser possível conceder aparte, no Pequeno Expediente, com referência à solicitação do eminente Deputado Erondy Silvério, sobre o Projeto de Lei n.º 244-71, que cria o FUNRESTRAN. Fui designado relator na semana passada, fazem dez dias hoje que recebi este projeto, que já está relatado. E como ontem não houve número suficiente para a sua apreciação, será apresentado na próxima quarta-feira, inclusive com uma Emenda solicitada pelo eminente Diretor do DETRAN, Dr. Marcos Prado. E é com satisfação que levo ao conhecimento da Casa o Parecer que foi dado e será levado à apreciação da CCJ na quarta-feira. Sabemos que é de grande importância para o DETRAN esta Mensagem Governamental, a qual irá dar condições ao DETRAN de oferecer melhor serviço à comunidade.

(Lendo):

“PARECER —

Cria o Fundo de Reequipamento do Trânsito — Funrestran — e dá outras providências

1) Oriundo da Mensagem Governamental n.º 30-71, a iniciativa ora em exame vem articulada e justificada no ofício que a acompanha, estando, desta forma, em perfeita harmonia com o que determina o Art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) Referido projeto, segundo o preceito constitucional vigente, é daqueles cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo. Por outro lado, não fere qualquer preceito de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos plenamente a justificativa contida no supra referido ofício.

3) Nestas condições, pois, somos pela sua aprovação, a cujo Projeto, porém, entendemos oportuno oferecermos a emenda anexa, para o seu aperfeiçoamento e maior amplitude.

SMJ., é o parecer.

Sala das Comissões, em novembro de 71.

Ao Artigo 1.º, após as expressões “material permanente”, acrescente-se: “estudos técnicos, campanhas educacionais”

Sala das Comissões, em novembro de 1971.

O Artigo 1.º estava assim redigido:

“Fica criado o Funrestran, com a finalidade de prover recursos para o Departamento Estadual de Trânsito”. Após a expressão “Material permanente, estudos técnicos e campanhas educacionais. Era o esclarecimento.

— (Sem revisão do Orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente: Com relação ao Artigo 105 do Regimento Interno. Em primeiro lugar, não citamos o nome do relator da matéria. Em segundo, não concordamos com o que disse o nobre relator na Tribuna, porque estamos ampara-

dos pelo Artigo 105 do Regimento Interno. Não há necessidade de se esperar a sessão de quarta-feira, da CCJ. V. Exa., de acordo com o nosso requerimento, pode submeter à Plenário e mandar que se inclua na pauta dos trabalhos da próxima quarta-feira em primeira sessão, que por um lapso não foi pôsto. A matéria está em regime de urgência desde 15 de outubro próximo passado. Era a questão de ordem que queria que V. Exa. anotasse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente solicitaria da Mesa, com uma questão de ordem, que nos fosse concedida tão somente a metade do prazo de que dispomos, visto que dividimos o prazo que nos caberia de direito, com o nobre Deputado Paulo Poli. Era nossa intenção nesta data, Srs. Deputados, focalizar um assunto de natureza político-administrativa que se prende à nossa região. Entretanto, como matéria que refutamos, não de maior gravidade, mas de melhor oportunidade, porque nós a estamos vivendo neste momento, — nos desviamos daquele assunto, que prometemos abordar na próxima semana, na primeira oportunidade que se nos deparar. É inegável que a Ordem do Dia de hoje surgiu sob um inusitado nervosismo e esse nervosismo que antecedeu a reunião resulta da não realização, em data de ontem, da reunião que deveria ter sido levada a efeito pela Comissão de Constituição e Justiça. Não é esta também a primeira vez que somos forçados a ocupar esta Tribuna, tendo em vista assuntos pertinentes à CCJ. Por isso, e principalmente porque ontem, ausente que se encontrava o Presidente da Comissão, cabia a nós, na qualidade do seu Vice-Presidente, a tarefa de presidir aqueles trabalhos. Queremos registrar, não por veleidade, nem para amanhã ou depois alegarmos qualquer coisa em nosso favor, face a essa nossa presença em data de ontem, mas tão só e unicamente para que, em ressaiva de nossa participação nessa Comissão, principalmente porque representamos o Movimento Democrático Brasileiro nessa Comissão, assim seja consignada nos Anais da Casa. A hora regimental, que é após o encerramento da Sessão Plenária, nós estávamos na Comissão de Constituição e Justiça, na Sala das Comissões, inclusive a sessão foi convocada, ou melhor, lembrada pelo Serviço de auto-falantes da Casa; muitos colegas se encontravam presentes, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, porém não em número suficiente a que a reunião se efetivasse; e assim, depois de 30 minutos de espera, aproximadamente, nós também fomos cada um, em busca de seu destino. Fomos surpreendidos hoje, porque transcendeu; e eu acredito que é do conhecimento pleno da Casa de que o Palácio do Governo, ainda na tarde de ontem, em expediente telefônico, solicitou a inclusão das matérias na Ordem do dia, ontem não apreciadas pela Comissão.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não quero interromper o discurso de V. Exa. Mas devo esclarecer a V. Exa. e à Casa que eu, no desempenho de minhas funções, não recebo ordens de quem quer que seja. Fui eu o Deputado que pediu a inclusão na Ordem do Dia, mas sem atender a pedido de espécie nenhuma; apenas consultando os devidos interesses do povo, porque, como eu afirmei, pedimos a inclusão de Mensagens que autorizam o Governo do Estado a por o seu aval nas operações com o BNH, em favor dos Municípios, no que diz respeito a problemas de saneamento. V. Exa. não deve desconhecer, inúmeros Municípios paranaenses estão com o prazo quase que esgotado, prazo concedido pelo Ministério do Interior, para a assinatura dos mencionados convênios; dependem apenas dessa providência governamental, que é o aval e de cuja autorização legal o Governo necessita que esta Casa forneça.

A segunda matéria para a qual pedi a inclusão na Ordem do Dia foi a que redistribui três milhões e duzentos mil cruzeiros da Taxa Rodoviária arrecadada pelo Governo do Estado; tem que ser redistribuída às prefeituras paranaenses. Então vê V. Exa. que só o Município de Curitiba tem cerca de um milhão de cruzeiros a haver dos cofres do Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Está na Ordem do Dia.

O Sr. Erondy Silvério — Este está na Ordem do Dia.

A terceira a que me referi, que não está na Ordem do Dia, cria o Fundo de reequipamento do DETRAN; a imprensa diariamente vem atingindo a ação do DETRAN em nosso Estado. Vem-se observando uma lista interminável de vítimas de trânsito, cujas vidas preciosas são ceifadas pelas irresponsabilidades de muitos, mas também pela incúria do Governo — e quando falo Governo, falo como entidade jurídica e não me refiro ao atual Governo, que em 7 meses não poderia ter feito milagres. Mas o trânsito, há mais de 20 anos, vem sendo abandonado por todas as administrações.

Há oportunidade para que se reformule a política de trânsito de nosso Estado, mas para isto é preciso crédito, dinheiro, não só interno, como empréstimos no exterior. Para isso, V. Exa. melhor do que eu, sabe que precisa uma ação legislativa.

E o último, é o que cria o Fundo de Saúde, não me lembro o teor, mas diz respeito à saúde pública.

São matérias de alta relevância. V. Exa. conhece a minha posição com referência ao atual Governo. Sou oposição ao atual Governo, represento aqui um ponto de vista da coletividade paranaense, dentro do qual me sinto bem e não pretendo mudar. Não faria requerimento recebendo determinações ou solicitações do Palácio Iguaçu. Não me presto a isto. Quero que V. Exa. faça a ressalva, por favor, de que fui eu que requeri e não me presto a receber recadinhos nem pessoais, quanto menos por telefone.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Vou responder ao Deputado Erondy Silvério e em seguida terei a honra de conceder o aparte a V. Exa.

Tenho a impressão de que fui bem claro na minha exposição, não fazendo alusão a nenhum de meus colegas e ilustres Deputados. Principalmente porque não é de nosso feito este procedimento e V. Exa., até certo ponto, também não poderia interpretar — se eu disse mal ou se não fui bem claro — não poderia interpretar como uma insinuação a V. Exa. o fato de ter sido incluída a Mensagem 31.71, uma delas, que têm Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. A minha alusão é às Mensagens sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. A única Mensagem a que V. Exa. aludiu é a 246.71. V. Exa. confirma? Requereu regime de urgência para esta?

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Para a 244.71 havia sido requerida, pelo Líder do Governo, Deputado João Mansur, urgência em 15 de outubro próximo passado, requerimento reiterado pelo Vice-Presidente da Casa a 5 de novembro.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas só há duas Mensagens na Ordem do Dia de hoje que não têm Parecer da Comissão e nenhuma foi objeto de requerimento de V. Exa. O fato de que estou tratando é a inclusão de Mensagens na Ordem do Dia, sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Para esclarecer.

Deputado Muggiati Filho, sem pretender faltar com o respeito que V. Exa. merece de todos nós, pelo cuidado que tem no cumprimento dos dispositivos regimentais, todavia o "inusitado nervosismo da Mesa" fica à conta de V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Disse; da Casa.

O Sr. Ivo Tomazoni — A Mensagem 31.71, que trata da taxa rodoviária,

da restituição da importância arrecadada pelo Estado que deve ser devolvida às Prefeituras Municipais à conta da taxa rodoviária, tem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, atendo a dispositivos regimentais dos artigos 105 e 106 que tratam do regime de urgência, as Mensagens 29.71, 36.71 e 38.71 que deram origem aos projetos 243, 245 e 246, tiveram pedido de urgência requerido; e de n.º 29.71, em 21 de outubro pelo Líder do Governo, aprovado pelo Plenário. São passados vinte dias sem que as Comissões Técnicas cumprissem dispositivo regimental e, como tal, facultada sua inclusão na pauta da Ordem do Dia. A de n.º 36.71, teve pedido de regime de urgência em 6 de novembro e o Regimento Interno diz que, em 48 horas, não havendo pronunciamento por parte da Comissão técnica, pode, por solicitação verbal ou escrita, ter sua inclusão na Ordem do Dia, por determinação da Presidência.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. não me deixou concluir meu discurso. Não estou defendendo o excesso de prazo por parte das Comissões. Pelo contrário, vou fazer alusões, aqui, contrariamente a isso. Estou conduzindo o assunto no sentido de que todos os assuntos pertinentes ao Poder Legislativo não devem sofrer interferências estranhas.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. poderia dizer quem do Poder Executivo está interferindo nesta Assembléia? O que temos recebido, aqui, são apelos de Prefeitos Municipais que necessitam desses poucos recursos que o Governo do Estado pretende pagar, porque mandou Mensagem; e se nós, Deputados, não atendermos essas necessidades dos Prefeitos Municipais, estaremos emperrando a tramitação de mensagens tão humanas como essa.

E saiba V. Exa., nobre Deputado, que quem mais tem telefonado para esta Casa é o Sr. Prefeito de Maringá que tem, do Ministério do Interior, prazo fatal, a expirar esta semana, e já prorrogado por duas vezes, para que consiga o aval do BADEP ou do Banco do Estado, em operação que visa atrair recursos para serviços de saneamento daquela cidade. Não há forças estranhas, é a Administração preocupada em dotar as populações com algumas obras. E talvez por cochilo nosso, nós que somos Representantes do povo, estão dormindo em alguma gaveta e não sabemos porquê. Quem sabe se para provocar futuras, pretensas, ou pretendidas convocações extraordinárias. Isto sim é que seria desonesto, que seria mal visto pela opinião pública. Nós precisamos ser mais responsáveis no cumprimento do Regimento Interno. E eu pretendo sê-lo. Mas, só não aceito que se diga, desta Tribuna, que estou, aqui, recebendo ordem de qualquer pretensão representante do Poder Executivo. Estou aqui pretendendo cumprir a minha obrigação. E se todos nós a cumprirmos, haveremos de dar essas Leis tão necessárias para que vários e inúmeros problemas sejam sanados.

A conta do inusitado nervosismo, é porque nós todos pretendemos dar as Leis necessárias e ao seu tempo. Porque já está aqui por tempo demais em regime de urgência solicitado há vinte dias. E a Presidência não incluiu a matéria na Ordem do Dia, não cumpriu o dispositivo do Regimento Interno que diz que quarenta e oito horas depois deve, e pode ser incluído na Ordem do Dia.

V. Exa., por favor, desculpe o meu estado de espírito, mas não aceito que se diga que há interferência estranha.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. apenas bateu em porta errada. V. Exa. deve bater noutra porta para dizer o que V. Exa. disse. Porque, a carapuça que V. Exa. jogou não me serve. V. Exa. não percebeu, não dei direção alguma às minhas palavras, porque quando dirijo minhas palavras a alguém digo de frente. Agora, estou informado, e não vou dizer a fonte de minhas informações, mas tenho conhecimento, e V. Exa., nas entrelinhas de seu magnífico aparte confessou que, por exemplo, o Prefeito de Maringá está junto ao Governo instando para receber aquilo que lhe é devido.

O Sr. Ivo Tomazoni — Junto à Assembléia, foi o que eu disse. Se V. Exa. solicitar informações da TELEPAR, V. Exa. haverá de verificar quantas ligações interurbanas foram solicitadas pelo Prefeito de Maringá, para este Poder, nesta semana. Quantos apelos se fizeram. Sinto aqui uma intensidade incrível e estamos preocupados em atender.

O SR. MUGGIATI FILHO — Porque V. Exa., nobre Deputado, não ignora que a Constituição do Estado, em seu Artigo n.º 25, estabeleceu o prazo de 45 dias para elaboração a contar de seu recebimento, sob pena de ser considerada aprovada, toda matéria enviada pelo Governo do Estado.

O Sr. Ivo Tomazoni — ... quando o Governo faz menção expressa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Logicamente. Se isso ocorre e se houve um dispositivo dessa natureza em nossa legislação é porque esse prazo de 45 dias é considerado o prazo mínimo para o legislador meditar sobre a matéria.

Bem, não estou aqui, como disse de início, e já disse anteriormente desta Tribuna, para abordar assunto da Comissão de Constituição e Justiça que me causaram revolta, mas não estou defendendo o excesso de prazo por parte das Comissões. V. Exa., salvo se me pronunciei tão mal assim, está laborando em equívoco. O que quero dizer e o que percebi, é que, seja por este ou aquele motivo, de qualquer forma, houve uma afronta ao Regimento Interno, que V. Exa. também citou.

“Artigo 106 — Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de 48 horas a cada uma das Comissões permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em aprêço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Artigo 107 — Tratando-se de Mensagem do Poder Executivo, objetivando a abertura de crédito, será dispensada para a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças;

Artigo 108 — Não se tratando de proposição que implique em abertura de créditos ou em despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Artigo 109 — Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os Projetos de crédito solicitados pelo Poder Executivo, os Projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão permanente ou por seus respectivos presidentes.”

Não vejo, e não estou nesta Tribuna defendendo excesso de prazo. V. Exa. note que ainda fiz uma ressalva para não ser antipático a meus colegas; sou representante do MDB na Comissão e sou vice-Presidente da CCJ. Fiz presença, com outros nomes da Bancada da ARENA, no início, na hora marcada pela CCJ, porque a matéria estava lá para ser aprovada. Não estou justificando atraso da Comissão. Tenho reclamado e requerido através desta Tribuna, até requeri ao Vice-Presidente que presidiu uma sessão da Comissão para estudarmos o assunto da Estrada de Ferro Central do Paraná.

O que estou fazendo é uma crítica — não tenho nisso interesse pessoal algum — para pedir única e exclusivamente a observância do Regimento. Entendo, não tive oportunidade nem o prazo suficientemente para chegar a uma conclusão com relação à matéria em pauta até o número 16. Acrescento que tendo elas Pareceres das Comissões, devem ter constado da pauta

e estão normalmente incluídas na Ordem do Dia, mas as duas últimas, parece-me que não constaram da pauta e estão na Ordem do Dia indevidamente.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. invoca dispositivo regimental, de que a menos de 20 dias do término da sessão legislativa...

O SR. MUGGIATI FILHO — Foi mais ilustrativa essa demonstração.

O Sr. Ivo Tomazoni — ... Mas o regime de urgência solicitado, todo ele foi em tempo hábil, não fugindo, absolutamente, desse dispositivo regimental que V. Exa. deve ter lido apenas à guisa de ilustração, o que agradeço a V. Exa.

Observe, ilustre Deputado, que nenhuma dessas Mensagens, nenhuma delas cria, abre crédito de despesa propriamente dita. O pagamento da taxa rodoviária diz respeito à devolução de importâncias recebidas pelo Estado, que por lei federal são restituíveis às municipalidades. Nenhuma das outras Mensagens deve ir, ou deve ser distribuída à Comissão de Finanças. Mesmo o FUNRESTRAN não abre crédito, visa apenas conceder autorização ao Executivo para que possa, através do BADEP e do Banco do Estado, obter financiamentos.

Quero crer que, com um pouco de boa vontade, haveremos de nos entender. Não quero significar que se deixe de obedecer rigorosamente ao Regimento Interno, mas pode o Regimento Interno ter uma interpretação humana no sentido de se obter uma solução urgente para um problema que esteja dependendo de nosso pronunciamento com a aprovação ou rejeição da matéria. Não quero significar com isto que a inclusão na Ordem do Dia de termina a aprovação tácita de um Projeto.

Acho legítimo que se interprete ao pé da letra o dispositivo regimental. Tivemos exemplos recentes disto com mandados de segurança até já considerados pelo Tribunal Regional da Justiça que, o interstício de 24 horas não é de sessão a sessão. Entendo que V. Exa. tenha tido razão numa infinidade de questões de ordem já levantadas nesta Casa, mas não quando se refere a Mensagens que não visam absolutamente beneficiar o Governo do Estado; visam, isto sim, beneficiar a coletividade interiorana; como esta da taxa rodoviária, aquela do aval e, principalmente, a da taxa de saúde. Nenhuma delas visa dar coisa alguma o Poder Executivo; o que pretendem é solucionar o problema.

Quando o problema não significa submissão ao Poder Executivo, quero crer que V. Exa. e a Bancada a que V. Exa. pertence e que tão brilhantemente, tão combativamente tem estado sempre presente nos grandes acontecimentos desta Casa, poderiam interpretar o Regimento Interno de forma a permitir determinadas e urgentes soluções para determinados problemas.

É o apelo que faço a V. Exa., é o apelo que faço não como Deputado do Governo, mas como um Deputado preocupado pelo Interior, tanto quanto V. Exa., no sentido de que as municipalidades vejam em nós homens preocupados em dar-lhes o instrumento legal que necessitam para que possam se prover de recursos necessários ao seu desenvolvimento.

Este é o fato, o qual não tem outro sentido. Não sei se relatei o que V. Exa. disse agora àquela conversa informal, numa rodinha antes da sessão, quando V. Exa. se referiu a telefonemas do Executivo, telefonemas que estavam vindo do Executivo com certa insistência. Talvez tenha relacionada aquela conversa extra-oficial antes da sessão com as palavras de V. Exa. e daí pretender estabelecer esta interligação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não há interligação, absolutamente. Caso V. Exa. me permita, tenho a dizer que não atingiu o ponto que acho, por assim dizer, essencial.

Nos exames que fizemos do Regimento Interno não há interpretação pessoal alguma, e não temos visto por aquele prisma que entendemos, pensamos e fazemos do Poder Legislativo não um meio, mas um fim. Devo dizer que

não aceito no que me toca mas, se me permita, devolvo a V. Exa. qualquer insinuação a respeito da realização das Sessões Extraordinárias.

O meu objetivo nesta Casa mesmo que isto represente, como está re-presentando, um sacrifício de ordem pessoal e econômica, tem sido calçado num princípio, de que o Poder Legislativo deve ser um fim, para seus mem-bros, e não um meio; diante disso, nós sempre procuramos interpretar a Lei com o sentido humano que é indispensável para que se possa dar uma decisão justa — não é só o Poder Judiciário que faz justiça, V. Exa. tam-bém, no exercício dos poderes que lhes são pertinentes, muitas vezes age justa e outras pode agir injustamente!

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. poderá verificar pelas notas taquigráficas, que eu jamais pretendi dizer que V. Exa. estaria pretendendo retardar trami-tação, com o sentido de uma convocação extraordinária; se nesta Casa hou-vesse este sentido, isto estaria contrariando quaisquer princípios de amor à causa pública, de qualquer de seus membros.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa. e o recebo com solene respeito porque é um aparte que me faz justiça. Apenas acres-centaria que não acredito que ninguém nesta Casa esteja trabalhando com as vistas voltadas para esse meio. Acho que há, isto sim, um defeito que não é de agora, que vem de há muito e que inclusive seria objeto de um tema político que eu trataria hoje nesta Casa, de que a Oposição quando se torna Governo apenas se distingue do Governo a que ela fazia oposição por-que deixou de ser oposição. De modo que nós não entendemos isso, que ser Oposição é apenas não ser Governo. Nós queremos ver se quebramos esse princípio político que infelizmente existe ainda hoje no Brasil. De ma-neira que nós também não pretendemos ser diferentes quando dizemos que vem, esse mal, de algum tempo, porque as Comissões que na realidade são a pedra angular dos trabalhos desta Casa, é inegável, eu concordo plena-mente com V. Exa., não funcionam como deveriam funcionar; muitas vê-zes também, cabe hoje essa ressalva, pressionadas por forças estranhas, como houve, aquele acodamento a que deu motivo ao mandado de segurança re-ferido por V. Exa... Como os Projetos que foram tirados do poder das Co-missões, à revelia da Comissão de Constituição e Justiça, incluídos na pauta, ou incluídos na Ordem do Dia, quando deveriam ter sido incluídos na pauta da Ordem do Dia. Já está aí a pena, que merecidamente é aplicada à Co-missão por não haver, no tempo oportuno, devolvido os Projetos de urgên-cia. Não vim aqui justificar isto, porque não me cabe justificar, e nem foi a minha ausência também, a causadora dessa falta, mas realmente a Co-missão já está punida, agora; não se vá, com isto, alterar o Regimento In-terno, que é claro. É esse Projeto que solicita aval, pedindo autorização de fiança do Poder Executivo em empréstimo do Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná, com o Banco Nacional de Habitação na execução de obras que especifica, me parece fora de qualquer dúvida de que se trata, como diz o Regimento Interno, de abertura de créditos ou de despesas para o erário, porque ninguém constrói nada, sem fazer despesas, e a própria súmula do projeto que diz: "execução de obras que especifica". Portanto, acho que mesmo em favor da legalidade, do empréstimo que irá realizar o Prefeito Municipal de Maringá, não há por onde fugir de respeitar este artigo do Regimento Interno, porque não podemos nunca, sob pena de des-moralização do próprio Poder, abrir mão dos atos solenes com que devem ser aprovadas e ter andamento nesta Casa em sua discussão e votação, as proposições previstas no Regimento Interno.

Este é o motivo que me leva, Sr. Presidente, a requerer verbalmente, nos termos do Artigo 134 do Regimento Interno, que esta matéria seja in-cluída na pauta da próxima sessão, e porque não, nisso sim, poderíamos ser humanos, todos nós tivemos conhecimento da matéria na Ordem do Dia.

Pode ser considerada em primeira sessão esta pauta, mas não considerada em primeira discussão.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, em que pese a admiração que tenho por V. Exa., a maneira com que V. Exa. vem se conduzindo nesta Casa, mas eu discordo de V. Exa., que me parece estar mal informado com relação a pressões que tivessem vindo do Poder Executivo, na inclusão desta Mensagem na Ordem do Dia. Antes de ontem, nobre Deputado, da minha cama, havia telefonado para esta Casa solicitando ao rapaz que trabalha no meu gabinete, mais uma vez, da Comissão Executiva, que incluísse na Ordem do Dia, todas aquelas mensagens, às quais eu havia requerido urgência há mais de vinte dias, e que esta Casa, por unanimidade, havia aprovado este meu requerimento. Mensagem esta, que há mais de sessenta dias encontra-se nesta Casa, como bem argumentou o nobre Deputado Ivo Tomazoni, esta Mensagem 31.71, abrindo um crédito de três milhões e duzentos mil cruzeiros sobre taxa rodoviária única, ela se destina a devolver aos Municípios do Paraná, sobre os quais, diversos Prefeitos vinham solicitando aos Srs. Deputados, o abreviamento da votação desta matéria, da Mensagem 29.71 que institui a Taxa de Saúde. Mas nós e V. Exa. também esteve presente na reunião.

O SR. MUGGIATI FILHO — Somente para esclarecer, nobre Deputado, e por uma questão de justiça também, com a CCJ, esta matéria veio ontem para a CCJ, foi a primeira sessão em que esta matéria apareceu.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está se referindo à 38.71, esta está com um dos membros da Comissão de Justiça, desde o dia 27 de outubro, se é a de número 38.71 a que V. Exa. se refere.

O SR. MUGGIATI FILHO — São as novas mensagens que o Poder Executivo recentemente encaminhou à Casa. Agora anteriormente, isso é problema do relator.

O Sr. João Mansur — Esta Mensagem há mais de sessenta dias encontra-se na Casa. Não quero, absolutamente, responsabilizar ninguém, apenas quero fazer justiça. E, neste sentido, estou encaminhando um novo Requerimento, e espero contar com o apoio de V. Exa., a fim de que a Mesa dê cumprimento ao Regimento Interno, para que as Mensagens voltem à Ordem do Dia, com ou sem parecer.

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou de pleno acordo. Apenas quero observar que é do Regimento, e nós teremos então uma votação normal e legal.

O Sr. João Mansur — Exato, neste sentido, estou encaminhando um Requerimento à Mesa, para que se dê cumprimento ao Regimento e espero contar com o apoio de V. Exa..

E com relação à Mensagem 38.71, tenho recebido apelos, quase que diariamente, do Prefeito de Maringá, e realmente é como disse o nobre Deputado Ivo Tomazoni que está se esgotando o prazo e se esta Assembleia não votar a Mensagem, ele o Prefeito de Maringá, acaba perdendo o empréstimo e uma série de construções sofrerá um colapso no seu andamento e que estão sendo realizadas naquele Município. De modo que cumprimento V. Exa. pelo zelo que V. Exa. tem no encaminhamento de todas as matérias desta Casa, mas quero justificar que não tem havido, Deputado, pode estar certo, do Executivo, nenhuma pressão. Pelo contrário, a pressão tem sido dos nossos companheiros Prefeitos do Interior, no sentido de que esta Casa dê realmente andamento a estes processos que dizem respeito aos interesses das comunas paranaenses. Este o sentido do meu aparte para cumprimentar V. Exa. pelo zelo no cumprimento do Regimento Interno a fim de que esta Casa dê apoio e vote esta matéria para o atendimento das reivindicações dos Municípios do Paraná.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sinto-me honrado com o aparte de V. Exa., notadamente pela afirmação de V. Exa., de que o que ocorre foi ato

próprio da Casa e não que tivesse havido a ingerência de um poder estranho, não por causa desta ingerência, mas, sim, por atitude independente e efetivamente certa dos responsáveis pela matéria. E devo dizer a V. Exa. que nunca regatearei apóio ao cumprimento do Regimento Interno. Consulto a Mesa sobre qual o prazo que disponho. Acredito que deva estar com o meu prazo encerrado porque devo deixar a 30 minutos...

O SR. PRESIDENTE — Devo esclarecer ao Deputado Muggiati Filho que já passaram 15 minutos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Então deixo a Tribuna e devo fazê-lo, embora não esteja presente no Plenário o nobre deputado Paulo Poli, que deve estar nos ouvindo em seu Gabinete, a fim de que este ilustre parlamentar, conforme pedido seu, deveira ocupar o restante do tempo mas S. Exa., segundo estou sendo informado, encontra-se em local diferente e no trato dos seus interesses, no interesse do seu mandato. Concedo então o aparte ao nobre Deputado Ivo Tomazoni.

O Sr. João Mansur — Agradeço e em questão de ordem ia sugerir ao Sr. Presidente desde que o Sr. Paulo Poli está ausente da Casa, desse a V. Exa. o tempo integral do Grande Expediente.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa., com fundamento no Regimento Interno, argumentou a necessidade de que uma das mensagens, principalmente a de n.º 38.71, Projeto de Lei n.º 246.71, devia ser encaminhada à Comissão de Finanças para receber parecer porque, no entender de V. Exa., abria crédito e criava despesas para o erário estadual. V. Exa. ...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite, a Mensagem 36.71 igualmente, porque a doação, é uma doação...

O Sr. Ivo Tomazoni — Estou me referindo a 38.71.

O SR. MUGGIATI FILHO — Cria despesas.

O Sr. Ivo Tomazoni — Estou argumentando com a 38.71 para contraditar V. Exa., porque o Governo do Estado não se está atribuindo responsabilidade de realizar despesas. Pelo contrário, autoriza o Poder Executivo a dar fiança aos empréstimos contraídos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sei onde V. Exa. está querendo chegar. E V. Exa. conhece o assunto melhor do que eu; V. Exa. é um homem ligado a empresas, ou pelo menos conhece o funcionamento de uma empresa.

O aval é contabilizado, como possível despesa futura; não deixa de ser incluído numa despesa; o aval é uma obrigação e como tal é contabilizado, a não ser que o Governo não contabilize o aval; só se V. Exa. levar para esse caminho, o que acho muito perigoso.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. não conhece o teor do Projeto de Lei; V. Exa. não leu o Projeto porque se V. Exa. ler o Projeto haverá de se convencer.

Veja V. Exa. "autoriza tão somente o Governo do Estado a dar fiança através do Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A., ou Banco do Estado do Paraná S. A., com o Banco Nacional de Habitação, destinados para empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos, à execução de obras de abastecimento de água e esgotos em Municípios do Estado etc..

E a conferir ao Banco Nacional de Habitação, poderes para levantar junto ao Banco Nacional de Habitação, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na lei tal etc. e na sua insuficiência, por extinção.

No Caso, Sr. Deputado, dêsses compromissos não serem saudados pelas sociedades de economia mista, encarregadas da execução das obras nos diversos Municípios, V. Exa. haverá de concordar comigo, não abre despesa, não cria ônus, apenas autoriza o Governo do Estado a dar um aval hoje indispensável na obtenção destes recursos para a realização de obras de saneamento, tão carentes no nosso Interior e que V. Exa. tem tantas vezes

defendido a tese de que não adianta fazer saúde pública, se nós não tivermos estrutura de saneamento nas nossas cidades.

A urgência é porque o Ministério do Interior já prorrogou o prazo para que os Prefeitos consigam este aval, por duas vezes e o terceiro prazo vai se esgotar este mês, impreterivelmente, com prejuízos desastrosos para uma porção de municipalidades. Inclusive agora para obras custeadas em parte pela Comissão Especial de Faixas de Fronteiras; empréstimos para conclusão de obras, é necessário este aval.

Agora, se houver necessidade de alguma Comissão de Finanças opinar sobre o assunto, estará a cargo da Comissão de Finanças de cada Câmara de Vereadores do Município que vai contrair a dívida; é um problema também de autonomia municipal.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas se os obrigados principais não pagarem a dívida, o Estado vai pagar. Consequentemente, o Estado tem que ter isto contabilizado e poderá fundamentar a abertura de um crédito, porque o Estado, para pagar isto, terá que pedir a abertura de um crédito. Não pode pagar a outro título; terá que ter contabilizado este aval, que é uma obrigação que o Estado assume.

Mas tem mais, Srs. Deputados.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. MUGGIATI FILHO — Só quero concluir, se V. Exa. permite eu vou ler o artigo do Regimento que permite a inclusão sem Pauta: diz o seguinte: — “Não se tratando de proposição que implique em abertura de crédito”, — não quer dizer, em tese um crédito em potencial que se abre; estão pedindo um aval. Se alguém deixar de cumprir essa obrigação, o aval poderá ocasionar uma abertura de crédito.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Só para corroborar com o que V. Exa. está dizendo. É oportuno, que no Artigo 4.º do referido Projeto o Governo propõe para concessão de fiança, de que trata esta lei, é fixada a importância de até 30 milhões de cruzeiros, que será corrigida monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, para as ORTN.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Este é o teto que a Lei estipula, para a fiança, que o Estado estipula.

O Sr. Nivaldo Krüger — É exatamente isto; este teto fica aprovado; e nós somos obrigados, a qualquer momento, a conceder, o crédito especial, para a cobertura do aval.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? Por favor, só para contestar; bem sucinto.

Vou terminar de ler o Artigo 2.º: “Nenhum repasse financeiro será deferido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou pelo Banco do Estado do Paraná às entidades municipais, sem a cobertura de garantias específicas destinadas a assegurar a liquidez das operações objeto da fiança concedida nos termos desta Lei”.

O Estado está se cercando de cuidados e não vai pagar jamais qualquer obrigação à conta deste aval.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. foi muito longe. Porque quem presta fiança nunca pode dizer que não está sujeito a pagar, sob pena de desvalorizar esta fiança. Então não é fiança. Porque fiança é a obrigação de pagar.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. sabe que o fiador principal é o tomador. E o fiador está se cercando de garantias.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Os apartes de V. Exa. muito me honram.

O Sr. Armando Queiroz — Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois destes debates travados com tanta sabedoria, com tanto ardor, depois de tudo

que foi dito, gostaria de manifestar meu pensamento. Tenho ponto de vista definido e por muitas vezes demonstrei que a única maneira de dirigirmos bem os trabalhos da Assembléia, é fazer com que se cumpra o Regimento Interno. Sem isto não é possível encaminharmos direito os serviços desta Casa, e foi esta uma das grandes preocupações minhas, aliás, quando fui Presidente deste Poder. Cumpri religiosamente os dispositivos regimentais e por isso tive que pagar ônus pesados porque nem todos os Deputados estavam de acordo com minhas disposições. Com relação a este problema que está sendo discutido, se realmente houver necessidade de se dar cumprimento ao Regimento para se colocar em votação ou se colocar em pauta, é natural que deva ser cumprido o Regimento. É meu ponto de vista pessoal. No intuito do aparte, quero dizer que o que me preocupou e deixou assustado foram as palavras proferidas pelo Deputado Ivo Tomazoni, de que havia interesses escusos, no sentido de que se adie a votação da matéria para que se dêem condições de uma convocação extraordinária, isto implicando em maiores despesas para o erário. Isto, se realmente estiver ocorrendo, se algum Deputado estiver pensando assim, é ir longe demais, é colocar os interesses particulares acima dos interesses do Estado, e não se pode colocar os trabalhos da Assembléia nestes termos. Apesar de estarmos no dia 11, temos tempo ainda, mesmo respeitando a pauta, ...

O SR. MUGGIATI FILHO — É claro.

O Sr. Armando Queiroz — ... para votar a matéria. O que precisa ser corrigido são casos como este em que matérias que estão há 60 dias só agora estão chegando a Plenário, mesmo sem parecer.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. diz bem. Um veto, quando entra na Casa, leva 15 dias para chegar a Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. vê que nosso prazo é restrito para opinar sobre o veto, discutir e votar. Há ocasiões em que os vetos chegam no Plenário quase ao tempo em que se estão vencendo. Há uma burocracia dentro desta Casa, que precisa ser corrigida.

O Sr. Armando Queiroz — Vou dar um exemplo: está aqui, na Ordem do Dia, um Projeto que cria o Fundo de Saúde, Projeto de interesse da Saúde Pública do Estado. Pois bem, dei parecer, na Comissão de Constituição e Justiça, há mais de dez dias, o parecer foi aprovado, e parou, embora houvesse urgência. Então alguma coisa não está bem engrenada. Mas, o que não pode ocorrer é que os órgãos do Governo, os Municípios que precisam, comecem a achar que nós somos os culpados. E nós somos os culpados, porque a nossa obrigação é esta, analisar, dar parecer, às matérias e nós encaminhadas. Não temos o direito de segurar projeto apenas com a pretensão de uma convocação extraordinária. E digo isto sem querer atingir ninguém.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa., e sem querer devolver confetis a V. Exa. o que V. Exa. disse é digno de meditação, e diz bem das tradições de V. Exa. dentro desta Casa.

O Artigo n.º 108, do Regimento Interno diz: "Não se tratando de proposição que implique em abertura de créditos ou em despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores." Portanto, dependeria de um requerimento específico, aprovado pelo Plenário, para sua inclusão na Ordem do Dia.

A matéria encontrava-se nas Comissões, foi aprovado o regime de urgência. Então, deve-se seguir o Artigo n.º 105 e seguintes, porque além de não existir esse requerimento, e mesmo que ele existisse, seria oportuno, porque se trata de matéria que implica em crédito e débito. É uma fiança; é matéria de Direito Comercial e como tal deve ser contabilizada, como em todas as sociedades comerciais. E o Estado não deixa de ser uma empresa,

em seu mecanismo, embora seja uma empresa pública. Mas, o Estado tem seus interesses na arrecadação. Tem receita, tem orçamento, tem despesas, tem débito e tem crédito.

O Sr. Nivaldo Krüger. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, acompanhei o diálogo de V. Exa. e do nobre Deputado Ivo Tomazoni, e observei que o que houve foi, talvez, um erro de colocação por parte do nobre Deputado Ivo Tomazoni, embora não intencional. Mas, creio necessário fazer um reparo: primeiro, dá a impressão que nós, talvez até a Bancada do MDB, a Oposição, por ser V. Exa. um representante nessa Comissão, estaria dificultando a tramitação dessa matéria, pela atitude que toma V. Exa. neste instante. O que não é verdade. V. Exa. esteve presente e quem não esteve presente foram Deputados da Bancada do Governo.

Segundo: V. Exa. apenas faz uma observação que reputo das mais importantes e estou de acordo com o que disse o nobre Deputado Armando Queiroz, há necessidade de zelar pelo cumprimento dos dispositivos do Regimento Interno. E é esta necessidade que V. Exa. aborda, neste instante, com tanto brilhantismo, que não vai impedir que a matéria seja aprovada neste período legislativo ainda.

Portanto, nobre Deputado, parece-me que a posição de V. Exa. é de resguardo, muito mais da Assembléia, muito mais do Poder Legislativo, do que da nossa Bancada, a posição pessoal de V. Exa.. Portanto, creia que também acho lícito, se é que houve insistência da parte do Governo para que esta matéria seja aprovada, apenas acho ilícito que o Governo telefone e gestione uma vez que detendo a maioria na Casa, e nas Comissões, e a matéria estando há 60 dias paralisada...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. disse muito bem, o que eu estava estranhando é que essas gestões a que V. Exa. faz referência, não tenham sido através dos canais competentes, porque o Governo tem uma liderança ilustre nesta Casa, como aliás esclareceu seu eminente líder fez aquilo que lhe competia fazer, mas o que nós estávamos estranhando, é que houvesse uma ingerência de ordem administrativa.

O Sr. Nivaldo Krüger — Exatamente. Então, concluindo o aparte, quero solidarizar-me inteiramente com V. Exa., nobre Deputado, com a posição que assume, que é clara, todos entenderam muito bem e tem V. Exa. a finalidade de fazer com que o processamento legislativo se dê estritamente dentro do Regimento Interno.

Essa interpretação humana a que se referiu o Deputado Ivo Tomazoni, às vezes pode conduzir a ilegalidades, que levariam a Assembléia a um estado até anárquico.

O Sr. Ivo Tomazoni — Por favor, parece-me que sou o bode expiatório, quando alguma coisa surge em decorrência do Regimento Interno. Mas fui claro, Artigo 106. Atendido por requerimento do Sr. Deputado Líder da ARENA e do Governo, João Mansur, também atendidas as exigências do Artigo 107, com o Requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério e volto a insistir na validade do Artigo 103, essa matéria não implica em abertura de crédito ou em despesa para o erário. Diz o Artigo 103, V. Exa. já o leu e eu sou bem entendedor, ao menos ouço bem, que "não se tratando de proposição que implique em abertura de créditos ou em despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores".

Morrem todos os artigos anteriores, desde que este Plenário, que é soberano, considerou que a matéria não abre crédito especial, nem implica em abertura de despesa. Este é o ponto certo, muito embora V. Exa. diga que não estou certo. Continuo dizendo que estamos cumprindo o Regimento Interno. A Mesa estava certa em incluir a matéria na Ordem do Dia, porque o artigo 103 é claro, não manda que se coloque em pauta, mas na Ordem do

Dia. Continuo vendo que V. Exa. me considera um errado, mas intimamente me considero certo, vou manter meu ponto de vista como um alemão, não descendendo desta raça maravilhosa que é toda por todos como teimosa, mas continuo teimando, porque acho que estou absolutamente certo.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. disse que há carência de entendimento humano na interpretação desse dispositivo. Mas estamos requerendo a inclusão em pauta e pelo Regimento deve ir para a Comissão de Finanças.

O Sr. Ivo Tomazoni — Na interpretação de V. Exa., mas não na minha, porque não abre crédito nem cria despesa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas, por que a iniciativa? O próprio o Governo confessa isso, porque a iniciativa de todos os projetos que possam implicar em despesa é do Poder Executivo, e não diz crédito especial. O Regimento Interno diz "tratando-se de Mensagem do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito...

O Sr. Ivo Tomazoni — ... ou despesa para o erário público...

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas é uma abertura de crédito.

O Sr. Ivo Tomazoni — Não é.

O SR. MUGGIATI FILHO — Está interligada, é uma abertura de crédito, porque é uma obrigação do Governo. É uma obrigação de fiança a que o Governo não poderá fugir enquanto ele existir e V. Exa. há de convir que o Governo terá que estar atento a isto como qualquer pessoa que financie alguma coisa.

O Sr. Ivo Tomazoni — Para assinar o Governo não gastará outra coisa além da tinta. Mas se este for o caso poderemos emprestar uma caneta ao Governo para que S. Exa. assine.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para emitir um cheque V. Exa. gasta somente papel e tinta, mas para emitir este cheque V. Exa. só poderá fazê-lo de acordo com a que sua previsão bancária.

V. Exa. não quer chegar a um denominador comum e não é como o nobre Deputado disse no início de seu aparte, de que esteja querendo para V. Exa. o ônus de uma interpretação, absolutamente. O que não podemos é concordar com V. Exa. porque nos parece que está forçando demais.

O Sr. Ivo Tomazoni — O Art. 108 é tão claro, basta somente ler o artigo.

Afirmo a V. Exa. que não há abertura de crédito e nenhuma despesa para o erário público. Esta Mensagem é de tão fácil interpretação, motivo porque me perdoe o nobre Deputado que irei recorrer ao Plenário de qualquer requerimento que for apresentado por V. Exa. que pretenda retirar da Ordem do Dia este Projeto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Já formulei o Requerimento, é um Requerimento verbal que a Mesa deliberará de acordo com o Plenário. V. Exa. terá o direito de votar e sendo um Deputado com grande representação dentro da Bancada da Maioria, naturalmente, obterá maioria.

Quero dizer que se fosse advogado da Prefeitura de Maringá não admitiria isto. Deve ser de interesse do próprio Prefeito que se obedeça o andamento normal de um projeto.

O Sr. Ivo Tomazoni — Estamos obedecendo o Art. 108.

O SR. MUGGIATI FILHO — Na opinião de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre orador que falta um minuto para terminar a sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — Já termino. Não há possibilidade de se atender o apelo. O Governo vai assumir uma obrigação; o próprio Governo confessa isto com a iniciativa que tomou. Caso contrário a iniciativa poderia ter sido tomada pela Liderança.

Entendemos, de acordo com a interpretação mais humana possível, que o Projeto deve ser considerado em Pauta e não em 1.ª Discussão.

Muito obrigado! (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Esta Presidência decide a questão de Ordem feita anteriormente pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, acolhendo a solicitação de S. Exa., e determina a inclusão em Pauta, por três (3) sessões, a partir do próximo dia 16, terça-feira, do Projeto de Lei n.º 244-71.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aryzene Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 158-70, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Universidade Estadual de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 158-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

(aa) **Cândido M. de Oliveira** — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 233-70, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Posto de Puericultura, o terreno que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 233-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Posto de Puericultura, o terreno com a área de 1.680,00 m², constante das datas nrs. 18, 19 e 20, da quadra n.º 54, da Vila Progresso, daquele Município, confrontando por um lado em 40,00 m, com a rua 1; por outro lado, em 42,00 m, com as datas nrs. 15, 16 e 17 da mesma quadra; por outro lado, em 40,00 m, com a data n.º 21, e, finalmente, por outro lado em 42,00 m, com a rua 20.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

(aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 184-71, que declara de Utilidade Pública, a Arquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 184-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Arquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14-71, que revoga a Resolução n.º 3 de 22 de janeiro de 1963. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-71

Art. 1.º — Fica revogada a Resolução n.º 3, de 22 de janeiro de 1963, publicada no Diário Oficial n.º 265, de 26 de janeiro de 1963.

Art. 2 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

(aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Maurício Fruet

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-71, de autoria do Dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.I.C. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105-71, de autoria do Dep. Agui-naldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com **SUBSTITUTIVO** — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública, a "AÇÃO SOCIAL ASSEMBLEIA DE DEUS", com sede em Barracão. — Pa-Súmula: Cria o Distrito de Triolândia, na sede da localidade do mesmo nome, no Município de Ribeirão do Pinhal.

recer favorável da C.C.J. — com **SUBSTITUTIVO**. — **Aprovado pelo substitutivo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-69, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que acresce da alínea que especifica, o Art. 3.º do Decreto n.º 17.171, de 19 de fevereiro de 1965. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com **SUBSTITUTIVO** — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), um terreno com área de (5) cinco alqueires

paulista, localizado em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 262-70, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que cria o Distrito de Triolândia, no Município de Ribeirão do Pinhal. — Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 262-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito de Triolândia, na sede da localidade do mesmo nome, Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1970.

(a) Dep. Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Triolândia é um Patrimônio com mais de 600 eleitores e 150 casas. Grande produtor de cereais, justificando-se, por isso mesmo, sua elevação à Distrito.

Quanto as divisas de sua jurisdição territorial, apresentaremos quando da apreciação do projeto, na Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, submetemos esta iniciativa à consideração de nossos Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 262-70

Autor: Dep. Gabriel Manoel

PARECER

1) O Projeto vem articulado e devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno.

2) A matéria em exame contraria, frontalmente, a Lei Complementar n.º 1 e o Ato Complementar n.º 46, sendo, por tanto, ilegal.

3) Nestas condições, somos pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em maio de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Acyr José — Emílio Carazzai — Igo Losso — Cândido M. de Oliveira

Odilon Reinhardt

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 47-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Dep. João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

O referido Projeto de Lei, visa a criação de um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, pela razão de já haver naquela localidade, um Ginásio provisório, funcionando por Portaria da Secretaria de Educação e Cultura, e filiado ao Ginásio "Raul Gomes", com sede no Município de Ivaiporã.

Dai, a necessidade da oficialização de um Ginásio, naquele Distrito, através plano de Lei, para que o povo de Jacutinga, possa contar com um estabelecimento ginásial.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 47-71

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

PARECER

1) Na forma em que dispõe o Regimento Interno, o Projeto em tela vem articulado e devidamente justificado.

2) Trata-se de simples autorização legislativa. Por outro lado, não apresenta qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional. Quanto a oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira — Vencido

Acyr José e Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER ao Projeto de Lei n.º 47-71

Em se tratando de iniciativa de lei meramente autorizatória esta Comissão não encontra qualquer impedimento de ordem financeira, que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Lei.

Quanto a sua oportunidade nada há a opor, visto que o mesmo ficará na dependência do Senhor Governador em adotá-lo ou não.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

(aa) **Leopoldo Jacomet** — Presidente

Paulo Poli — Relator

Fuad Nach

Orlando Franzoni

Maurício Fruct

Gabriel Manoel e Santes Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 47-71

1) A criação de mais escolas significa desenvolvimento e progresso para o Estado e sua população.

2) Assim sendo somos pela aprovação do Projeto de Lei acima referido. S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

Arizone Araújo

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 168-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a sociedade denominada Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1971.

(a) Dep. Alvaro Dias.

JUSTIFICATIVA:

Visa o Movimento Cultural da Juventude Castrense, conforme reza seu próprio nome, a divulgação da cultura em todos os seus sentidos.

O incentivo por todos os métodos legais de pessoas interessadas em aprimorar-se nos ramos amplos do conhecimento geral é a sua maior meta. Este movimento cultural enraizado na tradicional cidade de Castro procura permanentemente organizar promoções culturais, exposições, festivais, concursos, amostras de artes e outros ramos do saber e sua declaração de Utilidade Pública, viria trazer benefícios incontáveis a um grupo de pessoas que procura, acima de tudo, divulgar cultura, coisa muito esquecida nos dias atuais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 168-71

Autor: Dep. Alvaro Dias

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro.

P A R E C E R

1) De autoria do nobre Deputado Alvaro Dias, objetiva o projeto de lei supra referido declarar de utilidade pública o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro.

2) O Respectivo processo vem devidamente instruído, e, a justificativa do ilustre autor da Proposição convence-nos do acerto da medida proposta, bem como da sua oportunidade.

3) Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

E o parecer:

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-71, de autoria do Dep. Fuad Nacif, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Educacional da Cidade de Bandeirantes. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 172-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) Dep. Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional de Bandeirantes, criada pela Lei Municipal n.º 257-68, com sede e forum na cidade de Bandeirantes, e que usa a sigla "FEB", tem por finalidade manter a Escola Superior de Agronomia, destinada a ministrar curso de Graduação de Profissionais de Agronomia, de nível universitário, bem como criar e manter quaisquer cursos de grau superior ou médio que venham a ser criados.

De acordo com o estatuto da "FEB", a mesma terá duração indeterminada e será administrada por um Conselho de Curadores.

A Lei Municipal de n.º 978-71 de 24 de junho de 1971, votada pela Câmara Municipal de Bandeirantes, e sancionada pelo Prefeito Municipal, declarou de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Bandeirantes, e outro não é nosso objetivo, para que com o presente plano de lei, seja a "FEB" declarada de Utilidade Pública Estadual, no que, esperamos contar com o apoio de nossos Pares com assento nesta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 172-71

Autor: Dep. Fuad Nacli.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Bandeirantes".

P A R E C E R

1.) O Projeto supra referido foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública preenche os requisitos legais, eis que: a) funciona a mais de dois anos; b) presta, realmente, serviço à população, de forma desinteressada; c) seus diretores e dirigentes não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração; e, d) tem seu estatuto social regularmente formalizado.

Verifica-se, por outro lado, que referida Proposição não apresenta qualquer óbice de ordem constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do seu ilustre autor.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Junior

Muggiati Filho

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública o "Liceu Mário de Andrade Ltda." — Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 173-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Liceu "Mário de Andrade" Ltda. Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

a) — Dep. Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, 2.º Ofício, de Londrina, sob n. 101, Livro L-A, de Pessoas Jurídicas, conforme se comprova com o Estatuto anexo.

Por outro lado, os fins que se destina a mencionada entidade, justificam, plenamente, a apresentação do presente plano de lei, o qual submetemos à consideração de nossos ilustres pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

Beneficente, visando a utilidade pública, dos seus propósitos e lançado no mundo jurídico sob a forma de sociedade civil, a entidade acima existe regulado pelo artigo 16, inciso I, do Código Civil Brasileiro. Apresenta-se com constituição "sui generis" de um misto de sociedade civil e filantrópica, cujo designio principal é o de fazer coexistirem no mesmo passo, o ensino ministrado de maneira não ociosa ao lado de um padrão educacional de alto nível; isto, além de proporcionar aos menos aquinhoados o ensino gratuito ou a preços reduzidos.

Hoje a entidade conta com 247 alunos, dos 1.500 que são beneficiários de ensino e de material escolar, com redução e gratuidade.

Essa estrutura jurídica e social, ao par de constituir um lastro de segurança para a perpetuidade dos destinos da instituição, faz dela o veículo de consecussão da finalidade filantrópica que consiste em destinar parte dos seus recursos visando o "atendimento gratuito a pessoas que necessitem" de estudos e estejam em condições de receber o auxílio" (Cláusula 14 § 1.º in fin).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 173-71

P A R E C E R

O ilustre Deputado Alvaro Dias propõe a declaração de Utilidade Pública do Liceu "Mário de Andrade" Ltda. Sociedade Civil (LEMA), sediado em Londrina.

Peio que se verifica tanto da justificação como do documento constitutivo da entidade, que acompanham o projeto, o estabelecimento preenche as condições da Lei, para merecer a declaração pretendida.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 233-71, Autor Poder Executivo — Mensagem n. 31-71, abrindo crédito especial no valor de 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado, para pagamento da taxa Rodoviária Única, arrecadada no exercício financeiro de 1970. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 233-71

MENSAGEM 31-71

Curitiba, 24 de setembro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado, destinado à atender ao pagamento da parcela de 20% (vinte por cento) da Taxa Rodoviária Única, arrecadada pelo Estado, no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970, e devida aos Municípios na forma da Lei estadual n. 6.124, de 13 de julho de 1970. Objetiva, ainda, o anteprojeto de lei em questão, a revogação do art. 4.º da lei n. 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

A Exposição de Motivos n.º 938-71, de 27 de agosto próximo passado, do Secretário da Fazenda e o Parecer n.º 9-71, da Diretoria Central de Orçamento, aprovado por aquela autoridade, anexados por cópias autênticas, dizem da necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado.

Art. 2.º — O crédito a que se refere o artigo anterior, destina-se a atender ao pagamento da parcela de 20% (vinte por cento) da Taxa Rodoviária Única, arrecadada pelo Estado no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970, e devida aos Municípios na forma da Lei estadual n. 6.124, de 13 de julho de 1970.

Art. 3.º — Fica revogado o artigo 4.º, da lei n. 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

938-71

Curitiba, 27 de agosto de 1971

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei, que visa abrir a esta Secretaria de Estado um crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a atender ao pagamento da dívida do Estado para com

os Municípios paranaenses, resultante do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970.

Cumprindo o disposto no Decreto-lei federal n. 999, de 21 de outubro de 1968, que instituiu a Taxa Rodoviária Única, a Lei estadual n. 6.124, de 13 de julho de 1970, fixou em 20% (vinte por cento) a participação dos Municípios no produto da arrecadação da referida Taxa.

Ocorre, entretanto, que por falta de regulamentação legal, o Estado deixou de entregar aos seus Municípios as parcelas no período de janeiro a julho do exercício de 1970, interregno entre o termo inicial do Decreto-lei federal n. 999-69 e a citada Lei estadual n. 6.124-70.

Objetivando solucionar esta pendência, a Administração anterior encaminhou mensagem à Assembleia Legislativa, da qual resultou a Lei n. 6.190, de 11 de maio de 1971, que entretanto, não oferece o necessário respaldo legal para execução da despesa, tendo em vista a inexistência de dotação orçamentária para tal fim.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de real apreço e distinta consideração.

(a) — **LINEO EMÍLIO KLUPPEL**

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor **HAROLDO LEON PERES**

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

DIRETORIA CENTRAL DE ORÇAMENTO

PARECER N. 9/71 — Gab.

Assunto: Proposição de revogação do Artigo 4.º da Lei 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

A Lei n. 6.175 de 3 de dezembro de 1970 que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Exercício Financeiro de 1971, em seu artigo 4.º, dispõe que “no decorrer do exercício, os recursos destinados aos programas e sub-programas poderão ser alterados por Decreto do Poder Executivo respeitado o total e obedecidos os limites máximos da despesa dos Órgãos Principais constantes desta Lei”. Tal instituto, vem obstaculizando algumas medidas de ordem financeira e, conflita, inclusive, com dispositivos constitucionais, senão vejamos:

a. Emenda Constitucional n.º 3, determina que alguns órgãos da administração (Junta Comercial, Departamento de Estabelecimentos Penais, etc.) passem a integrar a estrutura da Secretaria de Justiça. Tais órgãos, na necessidade de terem seus orçamentos alterados, através de suplementação, ficarão, pelo artigo supra mencionado, impossibilitados de indicação de recursos pelas suas Secretarias de origem. Esta restrição se converterá em prejuízo ao desenvolvimento de Planos de Trabalho, pois não poderá ensejar a flexibilidade facultada pelo artigo 10 da mencionada Lei.

b. Iniciativa, disciplinadoras das finanças públicas levadas a cabo pela Secretaria da Fazenda (como o Decreto 448 de 2 de junho de 1971), se vêem tolhidas em seu alcance em virtude do mesmo artigo:

O Decreto n. 448 dispõe da criação do “Fundo de Provisão” com a finalidade de atender despesas decorrentes de reajustes de vencimentos e vantagens de Pessoal. Este fundo é constituído de bloqueio em dotações orçamentárias de todas as Secretarias de Estado. Assim, os recursos de algumas, serão indicadas para outras Secretarias, por ocasião da abertura de créditos adicionais para despesas com Pessoal. Se o dispositivo legal permanecer, isto será impossível.

DIRETORIA CENTRAL DE ORÇAMENTO

Senhor Secretário:

Face a estas ponderações, entendemos ser de vital importância a revogação do artigo 4.º da Lei n. 6.175 de 3 de dezembro de 1970. Caso o entendimento de Vossa Excelência coincida com o apresentado, solicitamos as necessárias gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido do encaminhamento de Mensagem ao Legislativo propondo a revogação de tal dispositivo legal.

É o parecer, S.M.J.

Diretoria Central de Orçamento, em 20 de setembro de 1971.

a) **PERCY ROGOTTO**

Diretor

COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

O Projeto de Lei n. 233-71, oriundo da Mensagem Governamental n. 31-71 está plenamente justificado e não fere dispositivos constitucionais ou legais. O meu voto é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4-11-71.

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Gilberto Carvalho

Igo Lesso

Arthur de Souza.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 243-71, autor Poder Executivo — Mensagem n. 29-71, encaminhando anteprojeto que introduz alterações na Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, pela qual foi instituída a taxa de Saúde. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 243-71

MENSAGEM 29-71

Curitiba, 20 de setembro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que altera a Taxa de Saúde, instituída pela lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1967 e dá outras providências.

A Exposição de Motivos n. 1676-71, de 17 de agosto próximo passado, do Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, anexada por cópia autêntica, diz da necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Orçamento Geral do Estado consignará anualmente dotação equivalente ao produto da receita proveniente da taxa instituída pela Lei

n 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, ao Fundo de Saúde, criado pela Lei n. 51, de 18 de fevereiro de 1948:

Art. 2.o — A tabela integrante da Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, será substituída pela tabela anexa a esta lei.

§ 1.o — Do produto da arrecadação do selo adesivo para atestado de saúde, constante da tabela a que se refere este artigo, a Secretaria da Fazenda entregará mensalmente ao Fundo de Saúde o valor correspondente, do qual 20% (vinte por cento) serão destinados à instituição de um serviço de Assistência aos Médicos, na Secretaria de Saúde Pública, mediante convênio com a Associação Médica do Paraná.

§ 2.o — Não será devida a taxa de expedição da carteira sanitária e atestado de saúde, quando:

- a) — para fins escolares;
- b) — para fins militares e eleitorais;
- c) — para fins de assistência judiciária gratuita;
- d) — destinados a pessoas comprovadamente pobres.

Art. 3.o — As obrigações tributárias acessórias relativas à cobrança da taxa de saúde, segundo as especificações da tabela anexa a esta lei, serão fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 4.o — Na execução da tabela de que trata o artigo 2.o desta lei, serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro).

Art. 5.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.o — Ficam revogadas as disposições em contrário.

TABELA DE INCIDENCIAS

1 — Alvará de licença para funcionamento de estabelecimento à fiscalização sanitária — anual:

I — de capital até Cr\$ 1.000,00 — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná;

II — de capital acima de Cr\$ 1.000,00 até 10.000,00 — 24% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — de capital acima de Cr\$ 10.000,00 — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

2 — Análise de embalagens plásticas usadas para produtos alimentícios:

I — até seus (6) grupos — 86% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — por grupo de alimentos isolados — 26% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

3 — Análise prévia e registro de produtos alimentícios, bebidas e substâncias complementares, bem como suas revalidações:

I — açúcares e açucarados:

a) — sem corantes, ou aromatizantes artificiais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — adicionados de corantes ou aromatizantes artificiais permitidos — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — amiláceos e derivados:

a) — sem corantes ou aromatizantes artificiais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — adicionados de corantes ou aromatizantes artificiais permitidos — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — aromatizantes e corantes:

a) — naturais — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — artificiais — 72% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

IV — bebidas alcoólicas:

a) — fermentada (vinho, cervejas e similares) — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — com teor alcoólico superior 18% — 72% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

IV — cacau, chocolate, café, chá, mate e guaraná — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

VI — condimentos e especiarias em geral — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

VII — conservas:

a) — vegetais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — de carnes e pescados — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

VIII — fermentos químicos e biológicos — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

IX — frutas secas e sucos de frutas — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

X — leites e derivados — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XI — pós para pudins — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XII — Produtos dietéticos ou enriquecidos de complementos alimentares — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XIII — refrigerantes, xaropes, sorvetes e similares:

a) — naturais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — artificiais — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XIV — substâncias conservadoras permitidas — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XV — substâncias gordurosas em geral — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XVI — outros produtos não especificados:

a) — naturais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) — artificiais — 72% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

4 — Certidão pericial e de assuntos especializados:

I — por linha — 0,0002% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — mínimo a pagar — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

5 — Certificados:

I — de auxiliar de farmácia, protético, prático, ótico-prático e outros admitidos em lei — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de aprovação de aparelhos, utensílios, vasilhames e instrumentos destinados ao preparo, fabrico ou conservação de substâncias alimentícias ou de uso público — 7% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — de desinfecção — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

6 — Comunicação e vacância de prédios.

I — casas de madeira acima de 60 m² — 5% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — casas de construção mista — 10% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — casas de alvenaria ou apartamentos — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

7 — Exame e requerimento de interessado:

I — de aparelhos utensílios e vasilhames destinados ao preparo, fabrico, conservação ou acondicionamento de alimentos — 96% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — bacteriológico e químico de água, visando a potabilidade — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — outros não especificados — 96% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

NOTAS: — a) o valor correspondente aos exames não especificados poderá ser reduzido a critério do Diretor do Departamento de Unidades Sanitárias até 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná, levando

em consideração a menor complexidade do trabalho, o tempo de serviço e o material dispendidos.

b) os exames a requerimento dos interessados, de produtos alimentícios, bebidas e substâncias complementares condenados na análise prévia ou na de controle, pagarão a taxa com redução de 50% (cincoenta por cento) do valor correspondente.

8 — Exame físico mental — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

9 — Selo adesivo para expedição de Carteira Sanitária — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

10 — Guia:

I — de livre trânsito de produtos sujeitos à fiscalização sanitária — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de requisição de entorpecentes — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

11 — Inscrição em exame de habilitação profissional — 24% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

12 — Licença:

I — para importação de produtos sujeitos à fiscalização sanitária — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — para comércio de entorpecentes e substâncias de ação psicotrópica — 10% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — para o exercício de profissão liberal — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

13 — Livros autenticados de farmacêuticos e droguistas, por folha 0,0002% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

14 — Registro:

I — de diploma — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de hospital ou casa de saúde — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

15 — Termo de responsabilidade ou de mudança de responsável por estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

16 — Vistoria prévia para autorização de funcionamento de estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

17 — Reclamações — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

18 — Selo adesivo para atestado de saúde — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Com referência aos Projetos de Lei ns. 245-71 e 256-71, o Sr. Deputado Muggiati Filho propõe que os mesmos sejam retirados da Ordem do Dia e publicados na forma regimental, tendo a sua inclusão na Ordem do Dia de terça-feira próxima.

O SR. JOÃO MANSUR — Tem nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permanecem como estão. — **Aprovado.**

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem): Sr. Presidente, quero que fique consignado em Ata, o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 236-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco de Paula. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 220-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, que comemorará o cinquentenário de sua fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 233-71.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, o requerimento do Sr. Deputado Ivo Tomazoni perdeu o objeto, porque esta Mensagem já foi aprovada em 1.ª discussão, na tarde de ontem, assim, solicitaria, ao nobre Deputado que retirasse da Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 236-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando que as disposições regimentais atinentes ao regime de urgência, sejam aplicadas a quaisquer proposições para as quais haja requerimento de sua autoria aprovado pelo Plenário.

O SR. IVO TOMAZONI — Já havia solicitado. Foi cochilo meu, que não deixei sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa retira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo, ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que sejam isentos do Imposto único sobre combustíveis os barcos pesqueiros da frota nacional, bem como das estrangeiras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado expediente ao Sr. Governador do Estado, encaminhando pedido de informação. Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

OSR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informação do Sr. Governador do Estado e Secretário de Educação. — **Rejeitado.**

A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão de Orçamento já encaminhou à Mesa os Projetos de Lei n.ºs 227-71 e 228-71, respectivamente Orçamento Plurianual e Orçamento para o Exercício de 72. Na forma regimental a Mesa anuncia a sua 1.ª discussão para terça-feira próxima, dia 16.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 16, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 102-69, 26-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 47-71, 168-71, 172-71, 173-71, 233-71, 243-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 284-70, 10-71, 57-71, 72-71, 85-71, 227-71 e 228-71.

Levanta-se a sessão.